

Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.									
CNPJ 58.069.360/0001-20									
Demonstrativo da Posição Financeira e Patrimonial Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)									
Balancos Patrimoniais					Demonstrações do Resultado				
Ativos	Nota	31/12/2021	31/12/2020			Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Circulante		232.686	206.143						(reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.236	66.459		Receita operacional líquida	20	1.111.197	986.796	
Contas a receber de clientes	6	143.168	99.294		Custo dos serviços prestados	21	(768.248)	(723.642)	
Tributos a compensar	7	19.337	23.326		Resultado bruto		342.949	263.154	
Partes relacionadas	8	6.366	1.501		Despesas operacionais: Gerais				
Outros ativos	9	13.579	15.563		e administrativas	21	(165.212)	(147.301)	
Não circulante		104.673	160.670		Vendas e comerciais	21	(30.949)	(38.340)	
Contas a receber de clientes	6	8.384	10.795		Outras receitas/despesas	21	7.831	8.717	
Tributos a compensar	7	-	1.797		Resultado antes das receitas (despesas)				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	35.054	34.192		financeiras e impostos		154.619	86.230	
Partes relacionadas	8	16.625	67.557		Resultado financeiro líquido	22	(2.543)	2.310	
Outros ativos	9	16.080	10.533		Resultado antes do IR e da CS		152.076	88.540	
Direito de uso	12	2.823	12.916		IR e contribuição social correntes	15	(33.070)	(16.332)	
Imobilizado	10	19.977	17.629		IR e contribuição social diferidos	15	862	7.244	
Intangível	11	5.730	5.251		Lucro líquido do exercício		119.868	79.452	
Total do ativo		337.359	366.813		Demonstrações dos Resultados Abrangentes		31/12/2021	31/12/2020	
Notas Explicativas às Demonstrações financeiras					Lucro líquido do exercício		119.868	79.452	
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					Outros resultados abrangentes		-	-	
1. Contexto operacional: Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A., fundada em 1987 e com sede na Avenida Marginal, 156, Jaguariuna - SP, é uma multinacional brasileira que tem por objeto a prestação de serviços na área de computação, manutenção, aulas, conferências, palestras, consultoria e assessoria, assistência técnica, desenvolvimento e programação de softwares e de sistemas aplicativos, locação e fornecimentos de mão de obra, pesquisa e inovação tecnológicas e telecomunicações. (a) Pandemia Coronavírus - COVID-19: A propagação da Covid-19, no início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. Desde o anúncio e evolução da situação de pandemia do coronavírus ("COVID-19") a Administração vem acompanhando os impactos e possíveis incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam impactar as operações e, em contraste aos impactos negativos constatados na maioria dos segmentos da economia, o segmento de tecnologia, onde a companhia está inserida, percebeu um efeito positivo nos indicadores operacionais e econômicos. Apesar deste cenário positivo, a Companhia analisou os principais possíveis riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas informações financeiras, como por exemplo: risco de impairment, risco de provisão para perda de crédito esperada, risco de continuidade operacional, redução de receitas, e constatou que as estimativas e provisões adotadas continuavam sendo adequadas. Não obstante, a Administração da Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliará, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de alteração das projeções e estimativas relacionadas aos riscos identificados, de forma a deixar seus acionistas e demais usuários dessas informações acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 12 de julho de 2022. 3. Resumo das principais políticas contábeis: As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. A seguir, apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. 3.1. Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorrerá transferência entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. 3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: A Companhia adota o CPC 48 - instrumentos financeiros em substituição ao CPC 38 em 1º de janeiro de 2018. As alterações relacionadas a essas políticas contábeis estão descritas a seguir: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração - Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Reconhecimento inicial e mensuração - Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negó-					Passivos				
Passivos Circulante		193.925	177.955		Capital social	18	10.000	10.000	
Fornecedores		14.617	8.434		Reserva de capital	18	11	11	
Partes relacionadas	8	20.618	6.829		Reserva legal	18	2.000	2.000	
Salários, benefícios e encargos sociais	14	114.766	127.752		Reservas de lucros	18	49.906	88.558	
Tributos a pagar	16	18.613	12.627		Total do passivo e patrimônio líquido		337.359	366.813	
Empréstimos e financiamentos	13	165	645		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
Passivo de arrendamento	12	1.071	5.680		Capital social				
Outras passivos	17	24.075	15.988		Reserva de capital				
Não circulante		81.517	88.289		Reserva legal				
Provisão p/demandas judiciais e administrativas	19	70.512	69.679		Reservas de lucros				
Tributos a pagar	16	4.423	2.407		Total do patrimônio líquido				
Empréstimos e financiamentos	13	123	1.043		Capital social				
Passivo de arrendamento	12	2.365	8.175		Reserva de capital				
Outros passivos	17	4.094	6.985		Reserva legal				
Patrimônio líquido		61.917	100.569		Reservas de lucros				
Capital social	18	10.000	10.000		Total do patrimônio líquido				
Reserva de capital	18	11	11		Capital social				
Reserva legal	18	2.000	2.000		Reserva de capital				
Reservas de lucros	18	49.906	88.558		Reserva legal				
Total do passivo e patrimônio líquido		337.359	366.813		Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				
					Capital social				
					Reserva de capital				
					Reserva legal				
					Reservas de lucros				
					Total do patrimônio líquido				



dita que a provisão para imposto de renda no ativo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. **3.6. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado. **Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 10. **3.7. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **Pesquisa e desenvolvimento** - Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **Outros ativos intangíveis** - Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiriam. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. **3.9. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente

te pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **3.11. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas** - A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.13. Receita de contrato com cliente:** A Companhia reconhece receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. A Companhia é uma prestadora de serviços de informática e atende aos critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes conforme regras contábeis vigentes. Suas receitas são reconhecidas à medida em que a Companhia atende suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Caso ocorram adiantamento de valores pelo cliente, eles são apresentados como receita diferida (passivo circulante e não circulante) no balanço patrimonial. **3.14. Capital social - Ações ordinárias** - Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32. O capital social é composto por 10.000 ações e está totalmente subscrito e integralizado. Os dividendos são definidos em reunião dos acionistas, conforme estabelecido no estatuto social. **3.15. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **a) Previdência privada:** A Companhia não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes. **b) Participação nos lucros:** A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado. **c) Benefício pós-emprego - planos de saúde:** A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. **3.16. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras, descontos obtidos e variações monetárias. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais, variação cambial e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. **3.17. Conversão de moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **3.18. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. **3.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** O Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). O Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência** - As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa que se que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19** Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia não recebeu be-

nefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma, caso aplicável às suas operações. **3.20. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas recentemente:** Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotara antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras são divulgadas abaixo:

		Data efetiva (períodos anuais iniciados em ou após)
<b>Normas e emendas a normas</b>		
CPC 06 (R2)	Benefícios relacionados a Covid-19	1º de janeiro de 2021
IFRS 17	Contrato de seguros	1º de janeiro de 2023
	Classificação de passivos como circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Divulgação de políticas contábeis	
Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2	políticas contábeis	
A Companhia não espera impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes. <b>4. Reclassificação das demonstrações financeiras do exercício anterior:</b> A Companhia está reapresentando as demonstrações de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, devido a mudança da classificação de alguns gastos, sendo: 1) Reclassificação dos gastos de pesquisa e desenvolvimento, no montante de R\$76.834, originalmente registrados na rubrica de "Custos dos serviços prestados" para a rubrica de "Despesas gerais e administrativas". 2) Reclassificação do saldo de depreciação e amortização, no montante de R\$16.605, originalmente registrados em rubrica específica de "Depreciação e Amortização" para as rubricas de "Custo dos serviços prestados" no valor de R\$14.507 e de "Despesas gerais e administrativas" no valor de R\$2.098. A tabela abaixo apresenta um sumário do impacto dessas reclassificações:		
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2020</b>
	<b>(Apresentado originalmente)</b>	<b>Reclas-sificações (Reclassificado)</b>
Receita operacional líquida	<b>986.796</b>	<b>-</b>
Custo dos serviços prestados	<b>(785.969)</b>	<b>62.327</b>
Resultado bruto	<b>200.827</b>	<b>62.327</b>
Despesas operacionais: Gerais e administrativas	<b>(68.369)</b>	<b>(78.932)</b>
Vendas e comerciais	<b>(38.340)</b>	<b>-</b>
Depreciação e amortização	<b>(16.605)</b>	<b>16.605</b>
Outras receitas/despesas	<b>8.717</b>	<b>-</b>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	<b>86.230</b>	<b>-</b>
Resultado financeiro líquido	<b>2.310</b>	<b>-</b>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>88.540</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(16.332)</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>7.244</b>	<b>-</b>
Lucro líquido do exercício	<b>79.453</b>	<b>-</b>
A Companhia reclassificou ainda, alguns saldos comparativos para melhor apresentação e comparabilidade com o exercício corrente, sem qualquer impacto em seu resultado.		
<b>5. Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Caixa e bancos - em moeda nacional	<b>3.030</b>	<b>5.425</b>
Aplicações financeiras de curto prazo	<b>47.206</b>	<b>61.034</b>
	<b>50.236</b>	<b>66.459</b>
As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a Fundo de Renda Fixa remunerado pela taxas que variam entre 83% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A exposição da Companhia a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 22.		
<b>6. Contas a receber de clientes</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Duplicatas a receber:		
A vencer	<b>136.444</b>	<b>102.671</b>
Vencidos	<b>20.520</b>	<b>13.432</b>
	<b>156.964</b>	<b>116.103</b>
Duplicatas a receber exterior:		
A vencer	<b>2.883</b>	<b>2.952</b>
Vencidos	<b>-</b>	<b>151</b>
	<b>2.883</b>	<b>3.103</b>
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		
	<b>(8.295)</b>	<b>(9.117)</b>
	<b>(8.295)</b>	<b>(9.117)</b>
<b>Total</b>	<b>151.552</b>	<b>110.089</b>
Ativo circulante	<b>143.168</b>	<b>99.294</b>
Ativo não circulante (a)	<b>8.384</b>	<b>10.795</b>
Total	<b>151.552</b>	<b>110.089</b>
(a) Retenções contratuais feitas por clientes, para assegurar o pagamento das verbas trabalhistas da contratada, a expectativa para recebimento é acima de 12 meses. Os títulos líquidos de provisão têm a seguinte composição:		
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
A vencer Vencidos:	<b>139.327</b>	<b>105.623</b>
De 1 a 30 dias	<b>3.816</b>	<b>4.387</b>
De 31 a 60 dias	<b>547</b>	<b>449</b>
De 61 a 90 dias	<b>515</b>	<b>566</b>
De 91 a 180 dias	<b>1.148</b>	<b>1.571</b>
Acima de 180 dias	<b>14.494</b>	<b>6.610</b>
	<b>159.847</b>	<b>119.206</b>
	<b>(8.295)</b>	<b>(9.117)</b>
	<b>151.552</b>	<b>110.089</b>
A Companhia constitui a PECLD (perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa) considerando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas. A Companhia também constitui provisão de perdas esperadas para os títulos a receber de clientes que compõem a base de contas a receber em aberto. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser diluída. A movimentação desta provisão está demonstrada a seguir:		
<b>Mapa de movimentação da PECLD</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Saldo inicial	<b>(9.117)</b>	<b>(9.060)</b>
(Provisão)/reversão	<b>822</b>	<b>(57)</b>
Saldo final	<b>(8.295)</b>	<b>(9.117)</b>
<b>7. Tributos a recuperar</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Impostos e contribuições retidos na fonte	<b>19.207</b>	<b>22.593</b>
INSS a recuperar	<b>130</b>	<b>123</b>
Parcelamentos tributários	<b>-</b>	<b>2.406</b>
Outros	<b>-</b>	<b>1</b>
	<b>19.337</b>	<b>25.123</b>
Ativo circulante	<b>19.337</b>	<b>23.326</b>
Ativo não circulante	<b>-</b>	<b>1.797</b>
<b>8. Partes relacionadas - 8.1. Partes relacionadas - ativo:</b> O saldo de ativos em 31 de dezembro dos respectivos anos são relativos as operações com partes relacionadas que decorrem de transações com as Companhias do Grupo abaixo:		
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Orbitall Serviços e procemento (i)	<b>11.570</b>	<b>14.460</b>
Stefanini Inc	<b>4.999</b>	<b>1.034</b>
IHM Engenharia	<b>2.500</b>	<b>-</b>
Uztech Soluções e Informática S.A.	<b>2.000</b>	<b>-</b>
Stefanini Mexico	<b>1.303</b>	<b>-</b>
Stefanini It Solutiuns Peru SAC	<b>524</b>	<b>488</b>
Stefanini NV/AS	<b>65</b>	<b>83</b>
Callere Soluções e Com. Informática	<b>30</b>	<b>-</b>
Stefanini Itália	<b>-</b>	<b>236</b>
Stefanini UK	<b>-</b>	<b>101</b>
Stefanini Hungary KFT.	<b>-</b>	<b>47</b>
Stefanini Participações S.A	<b>-</b>	<b>52.609</b>
	<b>22.991</b>	<b>69.058</b>
Ativo circulante	<b>6.366</b>	<b>1.501</b>
Ativo não circulante	<b>16.625</b>	<b>67.557</b>
(i) Orbitall Serviços - Saldo a receber decorrente do convênio de cooperação técnica para processamento de folha de pagamento juto à instituição finan-		



ceira, com início em junho de 2019 a ser amortizado pelo período de cinco anos. Os grupos de contas impactadas foram: Contas a receber com partes relacionadas - visto que o recebimento ocorreu monetariamente numa coligada do grupo, Orbitall Serviços, no montante de R\$ 14.460.

**8.2. Partes relacionadas - passivo**

	31/12/2021	31/12/2020
STF Rafael Segurança e Defesa	5.917	4.027
Stefanini NV	1.642	1.322
Stefanini Networking Consult. Informática (a)	12.840	1.293
Stefanini Chile	219	187
	20.618	6.829

(a) Este aumento se refere a uma liquidação feita pela Stefanini Networking, de uma dívida com uma operadora de saúde que incluía todo o Grupo Stefanini (incluindo Stefanini Consultoria). Para registro deste saldo, a Stefanini Consultoria baixou o seu saldo com esta operadora de saúde através de um débito contábil no passivo que se encontrava registrado, vide nota Explicativa 14, sob a rubrica "Assistência médica e odontológica", e creditou a conta acima com a Stefanini Networking.

8.3. Partes relacionadas - resultado

Resultado	31/12/2021	31/12/2020
Stefanini EUA	Receita 21.731	10.575
Stefanini México	Receita 4.528	2.276
Stefanini Itália	Receita 1.086	2.025
Stefanini Hungary	Receita 579	527
Stefanini NV/SA	Receita 524	116
Stefanini UK	Receita -	1.030
Stefanini Netherlands	Receita 28	-
Stefanini NV	Custo 247	2.733
Stefanini Chile	Custo 17	2.298
	28.740	21.580

9. Outros ativos

Depósitos judiciais	12.367	8.232
Garantias e cauções (*)	11.786	13.716
Adiantamento a funcionários, férias e 13º salário	2.800	3.075
Despesas antecipadas - serviços	2.037	382
Adiantamento para fornecedores	190	332
Outros (**)	479	359
	29.659	26.096

Ativo circulante	13.579	15.563
Ativo não circulante	16.080	10.533

(\*) Garantias e cauções são retenções para assegurar o pagamento das verbas trabalhistas da contratada (\*\*) Refere-se a adiantamentos de viagens, alugueis a receber e outros créditos.

10. Imobilizado

	31/12/2021	31/12/2020
	Depreciação acumulada	Valor líquido
Computadores e eletrônicos	39.708 (27.426)	12.282 8.584
Veículos	178 (175)	3 11
Móveis e utensílios	7.006 (4.911)	2.095 2.671
Instalações, máquinas e equiptos	8.368 (6.894)	1.474 2.028
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.335 (1.212)	4.123 4.335
Total	60.595 (40.618)	19.977 17.629

As movimentações nos saldos do imobilizado estão descritas a seguir:

<u>Custo</u>		Saldo em	Adição		Saldo em
		31/12/2020	(a)	Baixas	31/12/2021
Computadores e eletrônicos		34.198	7.858	(2.348)	39.708
Veículos		287	-	(109)	178
Móveis e utensílios		7.097	25	(116)	7.006
Instalações, máquinas e equipamentos		8.474	8	(114)	8.368
Benfeitorias em imóveis de terceiros		5.334	1	-	5.335
<b>Total</b>		<b>55.390</b>	<b>7.892</b>	<b>(2.687)</b>	<b>60.595</b>
<u>Depreciação</u>	Taxa anual	Saldo em			Saldo em
	depreciação	31/12/2020	Adição	Baixas	31/12/2021
Computadores e eletrônicos	20%	(25.614)	(3.476)	1.664	(27.426)
Veículos	20%	(276)	(8)	109	(175)
Móveis e utensílios	10%	(4.425)	(525)	39	(4.911)

As movimentações nos passivos de arrendamento a pagar são:

	1º de janeiro de 2021	Baixas	Pagamentos principal	Pagamentos Juros	Atualização de juros	Reajuste	31 de dezembro de 2021
Arrendamento de propriedade	13.033	(7.784)	(2.168)	(95)	95	(103)	2.978
Arrendamento de equipamentos	754	-	(296)	(174)	174	-	458
Arrendamento de veículos	68	(94)	(77)	(2)	2	103	-
Total dos passivos de atividades de financiamento	13.855	(7.878)	(2.541)	(271)	271	-	3.436

Em 31 de dezembro de 2021, os arrendamentos possuem prazo médio de pagamento de 5,4 anos (1º de janeiro de 2021 - 5,3 anos). Os pagamentos futuros e o valor presente dos pagamentos de arrendamento a pagar são apresentados a seguir:

Período	31/12/2021
2022	1.663
2023	993
2024	566
2025	346
2026	334
2027	418
Pagamento de arrendamento	4.320
Encargos financeiros	(884)
Valor presente dos pagamentos de arrendamento	3.436

13. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Encargos efetiva	Taxa TJLP + 7,397%	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Daycoval (a)	14,27% a.a.	a.a.	10/06/2024	288	1.688
				288	1.688
Passivo circulante				165	645
Passivo não circulante				123	1.043

Os financiamentos não possuem cláusulas de covenant. A amortização do saldo ocorrerá conforme cronograma abaixo:

Período	31/12/2021
2022	137
2023	149
2024	75
Total pagamentos futuros dos empréstimos	361
Encargos financeiros	(73)
Valor presente do passivo de empréstimos	288

(\*) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	1.688	2.377
Encargos financeiros	162	176
Encargos financeiros pagos	(162)	(176)
Baixa	(971)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(429)	(689)
Total	288	1.688
14. Obrigações trabalhistas	31/12/2021	31/12/2020
Provisão férias, 13º salário e encargos	52.295	50.290
Salários a pagar	25.146	21.758
Provisão para dissídio	8.021	3.923
Assistência médica e odontológica (a)	2.786	18.672
Vale refeição e alimentação (b)	-	6.540
Provisão para bônus	9.277	10.054
INSS a recolher	6.113	5.291
FGTS a pagar	4.605	4.172
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	5.178	4.884
Outros	1.345	2.168
	114.766	127.752

(a) Até o exercício de 2020, a Companhia possuía um saldo em negociação junto a operadora de plano de saúde, o qual foi regularizado durante o exercício. Vide nota explicativa 8. (b) Durante o exercício de 2021, a Companhia alterou a forma de liquidação (pagamento) aos gastos com vale refeição, sendo que o pagamento era realizado no mês seguinte ao evento, e passou a ser liquidado dentro do próprio mês do evento.

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(33.070)	(16.332)
Imposto diferido sobre o lucro do exercício	862	7.244
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(32.208)	(9.088)

Instalações, máquinas e equipamentos	10%	(6.447)	(530)	83	(6.894)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	(999)	(213)	-	(1.212)
Total		(37.761)	(4.752)	1.895	(40.618)

a) Na demonstração de fluxo de caixa, estão sendo consideradas como atividades de investimentos apenas as adições que tiveram desembolso de caixa.

11. Intangível

		Amortização	Valor	Valor
	Custo	acumulada	líquido	líquido
Software (c)	26.715	(20.985)	5.730	5.251
Total	26.715	(20.985)	5.730	5.251

As movimentações nos saldos do ativo intangível estão descritas a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adição (a)	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Software	20.415	6.443	(143)	26.715
Total	20.415	6.443	(143)	26.715

Taxa anual	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2021
amortização	10 a 20%	(15.164)	(5.906)	85
Total		(15.164)	(5.906)	85

(a) Na demonstração de fluxo de caixa, estão sendo consideradas como atividades de investimentos apenas as adições que tiveram desembolso de caixa. Revisão da vida útil - A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo intangível e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. Revisão do impairment - A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo intangível. **12. Direito de uso e passivo por arrendamento - 12.1. Direito de uso:** Abaixo, os valores contábeis dos ativos de direito de uso e os movimentos durante o período:

	Arrendamento de propriedade	Máquinas e equipamentos	Outros	Passivo de de propriedade
--	-----------------------------	-------------------------	--------	---------------------------

Em 1º/01/2021	12.082	648	186	12.916
Adição	-	-	-	-
Baixa	(7.784)	-	(94)	(7.878)
Amortização (**)	(1.759)	(364)	(92)	(2.215)

Despesa de juros e variação cambial	-	-	-	271
Liquidação principal	-	-	-	(2.541)
Liquidação de juros	-	-	-	(271)
Em 31/12/2021	2.539	284	-	2.823

Ativo circulante	-	-	-	2.823
Passivo circulante	-	-	-	1.071
Passivo não circulante	-	-	-	2.365

(\*) Locação de veículos. (\*\*) Taxa média de depreciação anual 10 a 33%. Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. **12.2. Passivo por arrendamento:** Abaixo, os valores contábeis dos passivos por arrendamento e os movimentos durante o período:

	Taxa	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamento de propriedade	9,50% a 11,51%	2.978	13.033
Arrendamento de equipamentos	2,41% a 2,55%	458	754
Arrendamento de veículos	10,22% a 11,20%	-	68

	3.436	13.855
Passivo circulante	1.071	5.680
Passivo não circulante	2.365	8.175

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do IR e contribuição social	152.076	88.540
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
IR e contribuição social pela alíquota de 34%	(51.706)	(30.104)
Diferenças permanentes Pesquisa e Desenvolvimento	20.899	20.345
Doações, multas e outras despesas	(1.531)	(865)
Outras adições/exclusões	(96)	1.412
Efeito do IR adicional/ PAT	226	124
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(32.208)	(9.088)
Alíquota efetiva	(21.18%)	(10,26%)

b) **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões (demandas judiciais e contratos onerosos)	28.872	27.354
Provisão para bônus	3.154	3.418
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.820	3.100
Direito de uso	208	320
Total do IR e contribuição social diferidos líquidos (ativo)	35.054	34.192
16. Tributos a pagar	31/12/2021	31/12/2020
IR retido na fonte	9.547	7.982
Impostos Parcelados	5.950	2.640
COFINS	1.832	1.397
ISS	2.711	1.225
IOF	610	610
PIS	396	303
Outros	1.990	877
	23.036	15.034
Passivo circulante	18.613	12.627
Passivo não circulante	4.423	2.407

**17. Outros passivos**

Receita diferida (a)

Provisão para contratos onerosos

Antecipações de clientes - créditos

Aluguéis a pagar

Outros (b)

	19.878	14.998
	5.737	4.417
	776	1.945
	152	445
	1.626	1.168
	28.169	22.973
	24.075	15.988
	4.094	6.985

(a) Refere-se a: i) antecipação de clientes no montante de R\$ 13.066 ii) receita diferida referente ao convênio de cooperação técnica com instituição financeira técnica para processamento de folha de pagamento, no montante total de R\$ 6.984, sendo R\$ 2.890 no passivo circulante e R\$ 4.094 no passivo não circulante. (b) Valores a pagar referente energia elétrica, telefones e outras contas a pagar. **18. Patrimônio líquido:** a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2021 o capital integralizado era de R\$10.000 (R\$10.000 em 2020) representado por 10.000 ações ordinárias (10.000 ações ordinárias em 2021). O capital social é representado por ações autorizadas, subscritas e inteiramente integralizadas, sem valor nominal e está dividido da seguinte forma: Stefanini Participações S.A. 9.999 ações (9.999 ações em 2021) e, Marco Antônio Silva Stefanini, 0.001 ações (0.001 ações em 2021). b) Reservas de capital - A reserva de capital é de R\$ 11 em 31 de dezembro de 2021 e 2020. c) Reserva legal - É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com parágrafo 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Companhia não constituiu a reserva legal pois o montante das reservas legais, acrescidas das reservas de capital excederam o percentual de 30% do capital social. d) Dividendos: Conforme previsto em contrato social, é facultada aos acionistas a determinação e distribuição de dividendos. Em 2021 foram distribuídos dividendos no montante

de R\$158.520. e) Reserva para retenção de lucros

Fonte dos recursos:		
Reserva de lucros	49.906	88.558
Total das fontes	49.906	88.558

**19. Provisão para demandas judiciais e administrativas:** Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos mantêm a provisão constituída no total de R\$69.268 (R\$69.679 em 31 de dezembro de 2020). Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 17.821 em 31 de dezembro de 2021 (R\$26.362 em 31 de dezembro de 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída uma vez que a Administração avalia que não seja mais provável do que não uma obrigação presente na data-base.

	Trabalhista	Tributário	Cível	Total
Saldo em 31/12/2020	64.292	4.067	1.320	69.679
Provisão (b)	1.527	1.432	-	2.959
Reversões	(145)	(516)	(145)	(806)
Reclassificação contratos onerosos	-	-	(1.320)	(1.320)
Reclassificação entre grupo (a)	(10.317)	8.230	2.087	-
Saldo em 31/12/2021	55.357	13.213	1.942	70.512

(a) Durante o exercício de 2021, a Companhia reclassificou o montante dos processos cíveis, anteriormente considerados como "trabalhistas" para um grupo específico "cível", de forma a apresentar adequadamente os saldos de contingências de acordo com sua natureza. (b) O montante de R\$1.432 se refere a contingência de créditos sobre o pedido de medida liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário referente a inclusão dos valores recolhidos a título de ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O montante refere-se a transferência do grupo de PIS e COFINS a recolher. **20. Receita operacional líquida:** Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta operacional		
Receita de serviços	1.216.887	1.061.878
Receita locação de equipamentos	25.831	45.717
Receitas e licenças de Softwares	7.805	4.441
	1.250.523	1.112.036

Deduções sobre vendas

PIS	(9.368)	(8.895)
COFINS	(45.131)	(41.022)
ISS	(31.332)	(28.223)
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	(49.957)	(44.240)
Cancelamentos	(3.538)	(2.859)
	(139.326)	(125.239)
Receita operacional líquida	1.111.197	986.797

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais que 10% da receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

21. Custos, despesas e outras despesas / receitas

	31/12/2021	31/12/2020
Natureza		(reapresentado)
Pessoal	(686.174)	(631.041)
Encargos trabalhistas	(98.253)	(84.803)
Serviços de terceiros	(84.446)	(68.776)
Custo com materiais, licenças, entre outros	(49.147)	(63.459)
Depreciação e amortização	(10.659)	(9.936)
Acordos trabalhistas	(9.002)	(13.665)
Despesas tributárias	(5.709)	(2.066)
Depreciação direito de uso	(2.215)	(6.669)
Manutenção e conservação	(2.081)	(1.999)
Propaganda e publicidade	(1.573)	(844)
Provisão para contingências	(2.173)	(8.909)
Viagens e estadias	(907)	(2.098)
Perdas eventuais	822	(57)
Provisão para contratos onerosos	-	1.704
Outros	(5.061)	(7.948)
	(956.578)	(900.566)

Custo dos serviços prestados	(768.248)	(723.642)
Despesas administrativas e gerais	(165.212)	(147.301)
Despesas de vendas	(30.949)	(38.340)
Outras receitas (despesas) operacionais	7.831	8.717
Total	(956.578)	(900.566)

22. Resultado financeiro

Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	1.387	2.555
Juros ativos	404	668
Descontos obtidos	350	1.151
Variação monetária ativa	861	1.045
Receita de aplicações financeiras	1.987	1.141
<b>Despesas financeiras</b>	<b>4.989</b>	<b>6.560</b>
Variação cambial passiva	(1.151)	(875)
Juros passivos	(3.217)	(214)
Desconto concedido	(1.727)	(268)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(390)	(1.978)
Outras despesas	(353)	(374)
Despesas bancárias	141	(432)
Multas e moras	(835)	(109)
	<b>(7.532)</b>	<b>(4.250)</b>



de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. e) Gestão de capital - A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere. De forma similar ao mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total. f) Análise dos instrumentos financeiros - É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	3.030	N/A	5.425	N/A
Aplicações financeiras	47.206	47.205	61.034	61.034
Contas a receber de clientes (Nota 6)	151.552	151.552	110.089	110.090
Outros ativos (Nota 9)	29.659	29.659	26.096	26.096
	231.447	228.416	202.643	197.219

Marco Antônio Silva Stefanini  
Diretor-Presidente

Passivos financeiros				
Fornecedores	14.617	14.617	8.434	8.434
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	288	288	1.688	1.688
Arrendamento a pagar (Nota 12)	3.436	3.436	13.855	13.855
Outros passivos (Nota 17)	28.169	28.169	22.973	22.973
	46.510	46.510	46.950	46.950

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos. • Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. • Empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais. A Companhia utiliza técnicas de avaliação apropriadas com o auxílio de dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 para esses ativos. g) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: Os principais riscos atrelados às operações da Companhia está ligado a variação de indicadores de inflação para reajuste de contas de clientes e CDI para aplicações financeiras. As aplicações com CDI estão registradas a valor de merca-

do, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários para risco de diminuição do CDI. Com base no índice de dezembro de 2021 e 2020, de 2,78% e 4,40%, respectivamente, e este definido como cenário provável; a partir deste, foram simuladas variações de 25% e 50%.

Operação	Saldo em 31/12/2021	Inde-xador	Risco	Cenário I - Cenário		
				Provável (a)	II	III
Aplicações financeiras	47.206	CDI	Diminuição do CDI	1.312	986	656
				2,78%	2,09%	1,39%

(a) Fonte: Bacen - Banco Central do Brasil. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes para risco de aumento aos indexadores. Desta maneira foi definido o cenário provável para o ano de 2021 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	Saldo em 31/12/2021	Inde-xador	Risco	Cenário I - Cenário		
				Provável	II	III
Aplicações Financeamentos		TJLP+				
- Daycoval	288	14,27%	Aumento da TJLP	41	51	62
				14,27%	17,84%	21,41%

Fonte: BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Luiz Carlos de Marques Aguiar  
Diretor Financeiro

Leonardo Lopes dos Santos  
Contador - CRC: SP302798/O-5

#### Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

sentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de julho de 2022.

	<b>ERNST &amp; YOUNG</b>	
	<b>Auditores Independentes S.S.</b> CRC-2SP034519/O-6	<b>Anderson Pascoal Constantino</b> CRC-1SP190451/O-5

SINDICATO DAS EMPRESAS FUNERÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO

Faço saber aos que o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que **no dia 01 de outubro de 2022**, no período das 10:00 horas às 16:00 horas, será realizada no Sindicato das Empresas Funerárias do Estado de São Paulo, situado na **Rua Dr. Rodrigues do Lago, nº 464, Centro - Botucatu-SP - CEP 18602-091 - inscrito no CNPJ sob nº 60.251.758/0001-24**, eleições para composição de Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes, e seus respectivos suplentes, devendo o registro de chapa ser apresentado à Secretaria da Entidade, no horário **das 09:00 às 11:00 horas** , no período de 10 (dez) dias a contar da publicação deste aviso. O Edital de Convocação da eleição encontra-se afixado na Sede do Sindicato. Para efeito do artigo 64º, parágrafo 2º do Estatuto Social, o local de funcionamento da(s) mesa(s) coletora(s) será na sede da entidade no endereço acima.

Botucatu, 26 de julho de 2022. **Lourival Antonio Panhozzi** - Presidente

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

AVISO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: 001/0708/001.240/2022. Pregão Eletrônico SRP nº 132/2022. Oferta de Compra: 895000801002022OC00147. Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE (PAPEL HIGIÊNICO), o item nº 01 em favor da empresa RICARDO GONÇALVES ITAPIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 02.573.131/0001-93, em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital, visando aquisições futuras pela Fundação Butantan. Com base na documentação encartada no processo supra, a comissão informa que encontra-se disponível no site [www.fundacaobutantan.org.br/editais/pregao-eletronico](http://www.fundacaobutantan.org.br/editais/pregao-eletronico), a Ata de Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, referente ao item nº 01, para download.

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

HOMOLOGAÇÃO

Despacho da Superintendência de 22/07/2022. Processo nº 001/0708/001.240/2022. Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene (papel higiênico). Pregão Eletrônico SRP nº 132/2022. HOMOLOGO, com fulcro no disposto no inciso XXII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, combinado com o artigo 12 do Decreto nº 63.722/2018 e inciso VII do artigo 6º da Resolução CEGP - 10/2002, o procedimento licitatório adotado na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, ficando em decorrência registrado o item nº 1 em favor da empresa RICARDO GONÇALVES ITAPIRA - ME, inscrita no CNPJ Nº 02.573.131/0001-93, pelo período de vigência de 12 meses.

